



ACTAS

TOMO I

Memória Histórica: História da Família, Genealogia e Heráldica Arquivos e Documentação Familiar

30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2017

CASA DAS ARTES

ARCOS DE VALDEVEZ



Ficha Técnica

Título:

**Actas do 5.º Congresso Internacional
Casa Nobre – Um património para o futuro**

Edição:

Município de Arcos de Valdevez

Data:

Novembro de 2020

ISBN:

978-972-9136-87-0

[Título: Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro
Arcos de Valdevez, 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2017]

[Autor: Vários]; [Co-autor(es):]; [Suporte: Eletrónico]; [Formato: PDF / PDF/A]

Memória Histórica

História da Família, Genealogia e Heráldica

Conde de Barca: tendo resolvido nomear o Ministro
que me ha de servir na Secretaria de Estado. Ao
Conde o nomeio na dos Negocios Estrangeiros e
da Guerra, e na Secretaria da Casa de Bragança.
Para a da Marinha nomeio Conde de Palmella:
Presidente do Exario João Paulo Bezerra: e na
dos Negocios do Reino, o Conde dos Arcos. O
Conde faça levar a Decretos necessarios. Palácio
do Rio de Janeiro — de Maio de 1817.

= Affinado = Rey

A CASA MOTTA PREGO EM GUIMARÃES: URBANISMO E ARQUITETURA

JOSÉ FERRÃO AFONSO

UCP/CRP, investigador integrado do CITAR e colaborador do CEAU
jafonso@porto.ucp.pt

MARTA PETERS ARRISCADO DE OLIVEIRA

FAUP, investigadora integrada do CEAU
moliveira@arq.up.pt

SÍLVIA RAMOS

FAUP, investigadora integrada do CEAU
silviactramos@arq.up.pt

A ORIGEM

Na vila de Guimarães, existiu na primeira metade do século XVI um importante foco humanista, a que não seria estranha a vigência dos estudos no Mosteiro da Costa (1537-1550) e do convento de São Francisco, este dominado pela figura de Frei João de Chaves. A proximidade de Santo Tirso, de D. Miguel da Silva, do seu *muratore* italiano Francisco de Cremona, bem como de outros que com ele tenham trabalhado, terá dado um contributo não despreciable para ele e, sobretudo, pôde fornecer-lhe os meios de se exprimir plasticamente.

Contudo, as novas formas de habitar da elite vimaranense não deixarão, na vila, testemunhos importantes, para além de algumas janelas e portas com molduras “à romana” e proporções raramente canónicas. Assim, talvez a mais congruente aplicação dos novos princípios da arquitetura residencial em Guimarães e, simultaneamente, sintoma dos seus limites, seja a “casa grande” originalmente erguida pelos Lopes de Carvalho, senhores do Couto de Abadim e Negrelos. Ela foi construída em vários tempos, tendo o primeiro ocorrido no início do século XVI, quando se designou “casa dos Carvalhos”. Uma descendente de Diogo Lopes de Carvalho, D. Luísa Joana de Carvalho e Camões, casou, no século XIX, com José Coelho de Vasconcelos de Motta-Prego, sendo talvez por essa altura que a habitação passou a designar-se “Motta-Prego”¹, embora o seu antigo nome não tenha sido completamente esquecido (fig. 1).

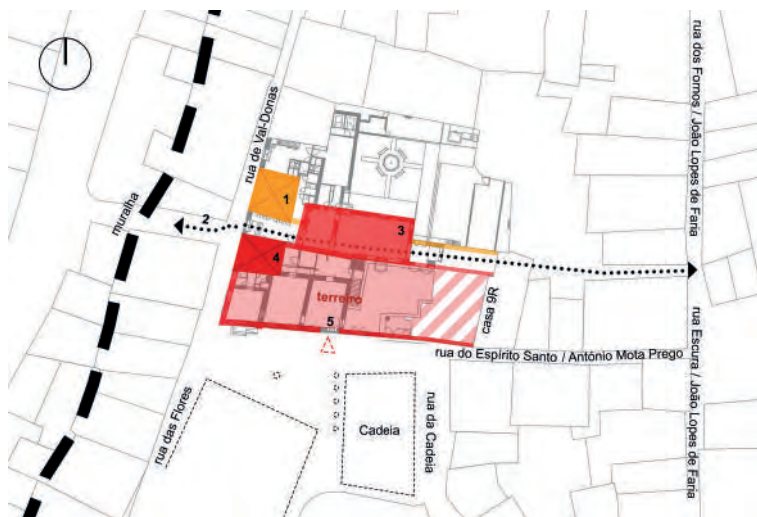
O edifício ocupou uma posição de gaveto e, enquanto a rua onde se erguia a sua fachada principal, no sentido nascente/poente, se designou rua do Espírito Santo, a face lateral, perpendicular a ela, abria-se para a rua de Val-Donas, que corria no sentido norte/sul. Nesta rua, paralela à muralha medieval, as habitações que faceavam a casa dos Carvalhos tinham as traseiras voltadas aos seus exidos e ao muro.

¹ Em 1836, a casa pertencia a D. Luísa Coelho (MORAES, Maria Adelaide Pereira – *Velhas Casas*, V, Quinta do Paço. Apud *Idem* – *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*. Guimarães: Edição de autor, 1998, p. 328.



Fig. 1 – Casa Motta Prego na primeira metade do século XIX, antes da demolição da Cadeia (Minho Pittoresco, 1863).

Por sua vez, a rua do Espírito Santo integrara a antiga judiaria², correndo na direção nascente poente. Todo esse conjunto urbanístico seria associado no século XVII ao Largo da Misericórdia. Um aviso régio datado de 3 de Julho de 1663 concedeu a essa instituição licença para comprar a torre e pardieiro do morgado dos Miranda, fundado em 1430, situados na rua das Flores, depois de ultrapassado o cruzamento com a rua do Espírito Santo, de modo a poder ser aberto o largo³. O antigo espaço dessa rua, que alcançava a rua Sapateira, ficou a constituir a margem norte do largo, enquanto a rua do Espírito Santo manteve também a sua designação, mesmo após a sua abertura. Ela conservou-se até ao século XIX, quando o largo adjacente se designou Largo Conselheiro João Franco (fig. 2).



1. casa inicial de Diogo Lopes de Carvalho
2. viela entre as ruas dos Fornos e Val-Donas
3. segundo corpo da casa construído por Gaspar Lopes de Carvalho
4. torre de Gaspar Lopes de Carvalho
5. Possível localização do portão de entrada principal na casa de Gaspar Lopes de Carvalho

Fig. 2 – Casas de Diogo e Gaspar Lopes de Carvalho (século XVI).

² Ver FERREIRA, Maria de Fátima Falcão – *Guimarães, duas vilas um só povo. Estudo de História urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM e Universidade do Minho, com o apoio do CCHS/NARQ, 2010, pp. 272-277. Ver, ainda, as notas 25 e segs.

³ BRAGA, Alberto Vieira – “Curiosidades de Guimarães, XVIII. Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas Camarárias. Direitos Paroquiais”, *Revista de Guimarães*, p. 163, nota 1.

No espaço da antiga judiaria de Guimarães viveram, no século XV e início do seguinte, alguns personagens importantes: por exemplo o “mestre das obras de pedraria”, João Garcia, provável responsável pelo Paço dos Duques, a Igreja da Colegiada e o convento de S. Francisco ou, já no dealbar de quinhentos, o geógrafo mestre António, autor de “Tratado sobre a provincia d’antre douro e Minho e suas Avondanças, copilado por mestre Antonio Fisiquo e Çologiam morador na vila vila de Guimarães e natural della”⁴. Também um dos Carvalhos de Guimarães gozou em Quatrocentos de algum protagonismo histórico e, embora não vivesse na judiaria, mas sim próximo da Torre Velha, tinha aí propriedades. Foi ele Afonso Lourenço de Carvalho, que, utilizando um artil, abriu uma das portas da vila, que se tinha pronunciado por Castela, a D. João I e aos seus homens. Um descendente seu, o desembargador do Paço Diogo Lopes de Carvalho, instituiu morgado e comprou em 1515 os coutos de Abadim e Negrelos. Diogo Lopes fundou a parte mais antiga da casa: o corpo de um sobrado com fachada em pedra na rua de Val-Donas, que exhibe uma janela de peitoril manuelina no piso superior⁵ (fig. 2).

O sucessor de Diogo Lopes no morgadio, cujo altar no convento de S. Francisco tinha a invocação de Santo António⁶ foi o seu sobrinho Gaspar Lopes de Carvalho, chanceler-mor do reino, embaixador a Castela, onde acompanhou a infanta D. Maria, filha de D. João III e primeira mulher do monarca espanhol Filipe II, casados em 1543, e testamenteiro do mesmo monarca. Gaspar foi, também, genro e herdeiro de Vasco Lourenço. Este instituiu duas capelas; uma na igreja paroquial de S. Paio, que viria a ser administrada pelo seu tio Diogo Lopes de Carvalho⁷; a outra no convento de S. Domingos⁸. Esta última possuía duas casas na rua do Espírito Santo, cujas traseiras faceavam uma viela que lhe era paralela a norte, sendo serventia das escadas da muralha, e unia a rua João Lopes de Faria (antiga rua dos Fornos) à de Val-Donas⁹ (fig. 2). Essa viela está bem assinalada no mapa quinhentista de Guimarães¹⁰. Gaspar de Carvalho construiu sobre a viela um segundo corpo, perpendicular à ala mais antiga da casa iniciada por seu tio Diogo Lopes na rua de Val-Donas. A distância entre esse segundo corpo, cuja parede sul, que será fachada da casa, se alçou sobre as paredes traseiras das casas da rua do Espírito Santo, e a atual frente da casa Motta Prego, corresponde aproximadamente às treze varas e meia indicados na documentação quinhentista como sendo o comprimento dessas habitações, que tinham três varas de largo¹¹. Na parede voltada à viela são ainda

⁴ Em 26 de Julho de 1426, Constança Anes, viúva do mestre das obras de pedraria João Garcia tinha vendido parte da sua casa na judiaria (ANTT PT-TT-CSMOG-DP44-22_m0001); AMAP, C 1402, fl. S, 1682, mç. 12: “Rua do Espirito Santo e casas que foram de Mestre Antonio”.

⁵ MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *O Palácio de Vila Flor em Guimarães*. Porto: Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto, 2009, p. 9.

⁶ A capela, ou parte dela, existe ainda, embora entaipada por um altar de talha tardo-barroca. Na planta de Guimarães do século XVI, é bem visível a sua forma retangular, logo abaixo do transepto do lado do Evangelho.

⁷ ANTT, *Livro 1 de Além Douro*, 1521, fl. 123. <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4223192>.

⁸ AMAP, mç. 68, fl. 102.

⁹ ANTT, *Tombo das Capelas, confrarias, hospitais e gafarias existentes na vila e comarca de Guimarães*, Mf. 174, 1498, fl. 52. Ver, sobre a viela, as notas 38 e 39.

¹⁰ O mapa, ou planta, pertence ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tendo sido publicado por Maria Dulce de Faria na 21th *Conference on the History of Cartography*, realizada em Budapeste, a 28 de Julho de 2005. Dulce de Faria fornece uma cronologia para a planta que oscila entre os anos de 1562-1570. O geógrafo Mário Gonçalves Fernandes, que com ela estudou a planta, concorda com essa datação (FERNANDES, Mário Gonçalves – “As plantas «de Guimarães» e de «Vila do Conde» da Biblioteca Nacional do Brasil. Passado Presente para o futuro...”), https://www.ufmg.br/rededemuseus/chrc/fernandes_as plantas de Guimarães-e-de-vila-do-conde.pdf. Ferrão Afonso, Marta Oliveira e Sílvia Ramos, contudo, em artigo publicado na revista *Monumentos* e baseados na análise dos edifícios representados no mapa, fazem recuar essa cronologia uns anos AFONSO [et. al.] – *Guimarães ad radicem Montis Latito, Monumentos*, 33, p. 11 (ver fig. 20: a planta utilizada foi a que existe na Sociedade Martins Sarmento – *De Guimarães [c. 569]. Planta manuscrita*, planta de autor desconhecido. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2009). Sobre a viela, ver notas 38 e 39.

¹¹ AMAP, mç. 68, fl. 102. As casas confrontavam do lado poente, contra a muralha, com casas do Almojarife João de Andrade e da igreja de Santiago.

visíveis as aberturas posteriores dos térreos das habitações da rua do Espírito Santo e parte do corpo de edifício construído por Gaspar Lopes sobre o antigo acesso à muralha repousa sobre dois arcos.

Entre a casa de Val-Donas, erguida, como foi dito, à face da rua, o novo corpo, perpendicular a ela, e as traseiras das primeiras casas da rua do Espírito Santo, existiu um pequeno pátio a céu aberto, dado que a nova ala era recuada em relação à rua. Desse pequeno largo arrancava a viela suprarreferida que alcança a atual rua João Lopes de Faria. Os dois corpos da casa, por conseguinte, dispuseram-se em “L”, deixando um vazio no seu vértice. Ligeiramente a sul desse espaço e recuada em relação à rua, apoiando a sua parede norte nas paredes traseiras das antigas casas do judiaria, Gaspar de Carvalho construiu uma torre em forma de quadrilátero irregular cuja face mais extensa, voltada à rua de Val-Donas, alinhou com a frente do antigo corpo de Diogo Lopes. A cronologia dessa obra é enunciada através de uma fonte literária, pois o padre Torcato Peixoto de Azevedo informa que D. João III, falecido em 1557, forneceu a madeira de ébano para as casas que Gaspar Lopes de Carvalho construía de novo em Guimarães¹²



Fig. 3 – Torre quinhentista, vista da rua de Val-Donas.



Fig. 4 – Em segundo plano, a torre de Gaspar Lopes de Carvalho vista do jardim da casa, divisando-se parte da janela voltada a norte com o colunelo de mármore central.



Fig. 5 – Primeiro piso, voltado ao jardim, do corpo construído por Gaspar Lopes de Carvalho.



Fig. 6 – Os arcos do corpo construído por Gaspar Lopes de Carvalho, lançados sobre antiga viela. À direita, em primeiro plano, janela de uma casa anterior da judiaria.

¹² AZEVEDO, Padre Torcato Peixoto de – *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, 2.ª ed. Guimarães: Paulo Tiago Monteiro Dias de Castro, 2000, pp. 360-361.

A habitação de Diogo e Gaspar Lopes de Carvalho existe ainda, embora muito transformada e parcialmente oculta por intervenções posteriores. A sua planta compósita em “L” expunha a face mais curta, orientada na direção sul-norte, para a rua de Val-Donas. Nela sucedem-se atualmente, de norte para sul, o corpo mais antigo fundado por Diogo Lopes, que exhibe a janela manuelina no primeiro piso, um pano de parede em cujo primeiro sobrado se abriu uma janela de sacada apoiada em cachorros dos finais do século XVII¹³, parede essa que fechou o acesso à antiga viela, após esta o aparelho isódomo da torre quinhentista com três pisos e, finalmente, o novo corpo anteposto à torre no século XIX (fig. 3). Na torre rasgaram-se, para além de uma abertura recente no térreo, que abre para uma divisão correspondente à sua base, em cuja parede poente se abre uma porta gótica de arco apontado, duas janelas de peitoril nos sobrados: bífida, com colunelo de mármore central e moldura “à romana”, a do segundo e último, de maiores dimensões e com o mesmo tipo de moldura a do andar nobre. As aberturas, porém, não estão axialmente sobrepostas. O remate da torre desapareceu, apoiando-se hoje a armação do telhado diretamente sobre a parede do piso superior. Neste existem mais duas janelas de sacada maineladas, idênticas à que se rasga para a rua de Val-Donas; uma possui ainda a coluna central marmórea e orienta-se para norte (fig. 4) e a segunda, virada a poente, está oculta sob a armação do telhado do corpo de edifício que, posteriormente foi erguido a nascente da torre e não possui já o colunelo central. Deveria ter ainda existido uma quarta janela nesse último piso, virada a sul e à rua da Cadeia/Espírito Santo, e outra abaixo dela, assinalando ambas a fachada principal da casa. As alterações posteriores destruíram-nas, mas, como veremos, conservaram a sua memória e significado, sendo possível que fossem formalmente diferentes das outras.

Perpendicular à torre, o corpo de Gaspar de Carvalho foi erguido paralelamente à antiga rua do Espírito Santo e orienta-se na direção poente/nascente. Tem planta retangular irregular, irregularidade causada na parede sul por uma quebra preexistente no trajeto da viela, que a parede da fachada da nova ala acompanhou. Desse corpo original é visível, em maior extensão, a parte posterior, virada ao jardim e ao interior do quarteirão. Aí manteve-se uma boa parte do aparelho original e existem ainda algumas aberturas biseladas, embora as do andar nobre tenham sido intervencionadas possivelmente no século XVIII (fig. 5). O jardim geométrico que ocupa a parte sul do miolo do quarteirão tem o seu centro alinhado por uma dessas aberturas biseladas e a articulação entre esse corpo, a torre e a casa primitiva da rua de Val-Donas, bem como a subida para o andar nobre, seria feito, como era frequente, através de passadiços ou alpendres de madeira. A entrada no primeiro piso, no extremo NO do corpo de Gaspar Lopes, por exemplo, processar-se-ia através de uma abertura com molduras “à romana”; devido às intervenções posteriores, apenas resta um pé-direito dela, que foi deslocada da sua posição original. A entrada no piso do corpo de Diogo Lopes na rua de Val-Donas, fazia-se, a partir de um alpendre, por uma larga porta biselada voltada a poente, e um outro vão semelhante, mas de menores dimensões e orientado na direção oposta, dava passagem para o corpo construído por Gaspar. Como se referiu, este foi parcialmente erguido sobre arcos (dois), lançados sobre a antiga viela (fig. 6), permitindo que esta continuasse, possivelmente, a ser um espaço público de circulação entre as ruas de Val-Donas e dos Fornos. Esses “corredores” eram bastante comuns no urbanismo quinhentista.

Para que a fachada desse corpo nobre se afirmasse visualmente como um dispositivo de representação formal e social necessitava de ter um espaço desimpedido na sua frente. A demolição das casas da antiga judiaria, orientadas na direção sul-norte, que se erguiam entre a viela e a rua do Espírito Santo foi, por isso, necessária, criando esse canal visual. Esse espaço, ou terreiro, comum na casa nobre portuguesa

¹³ Na rua Escura (hoje rua Gravador Molarinho), a casa que nos finais do século XVII pertencia a Francisco de Abreu Soares e existe ainda atualmente (Casa dos Almeida) – a primeira quem entra na rua à mão esquerda, vindo da atual rua da Rainha) – exhibe sacadas idênticas e existia já em 1681 (AMAP, C1403, fls. 526vº-527vº).

quinhentista, terá sido limitado por um muro ameado (fig. 2). A entrada principal, formada por um portão com arco ligeiramente abatido, talvez ainda manuelino, aberta no muro ameado, encontra-se atualmente na rua da Cadeia, na extremidade poente da propriedade. Com certeza, porém, que não foi essa a sua implantação original; ela deve ter sido para aí deslocada e a sua cronologia é questionável: as molduras apaineladas que ostentam os panos laterais de muro, bem com a pedra de armas e as ameias sugerem já o século XVII¹⁴ (fig. 7). Para além disso, a planta quinhentista de Guimarães evidencia que, frente à fachada constituída pela torre e o corpo de edifício construídos por Gaspar Lopes existia um largo de boas dimensões¹⁵. Na sua extremidade nascente implantava-se a cadeia, apenas demolida na segunda metade do século XIX, que ocultava do observador a extremidade nascente da propriedade dos Carvalhos (fig. 8).



Fig. 7 – O portão da casa com ameias, na sua atual localização.



Fig. 8 – O largo na Misericórdia no início do século XIX, depois de demolida a Cadeia.

UMA DESCRIÇÃO SETECENTISTA

Existem poucas referências formais à casa dos Carvalhos na antiga bibliografia vimaranense. Apenas o já mencionado Padre Torcato Peixoto de Azevedo que, para além de nas suas *Memórias* se referir à doação real da madeira de ébano, afirma que a casa tinha “sua torre com ameias para prova da sua fidalguia”¹⁶. O Padre Torcato escreve em 1692 e só voltamos a ter notícias da habitação no século seguinte. Um folheto publicado em 1728, designado *Guimarães Festiva*¹⁷, é então dedicado a Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e Camões, proprietário da casa. Nascido em 1692, foi académico da Real Academia de História, mentor da Academia Vimaranesa, senhor de Abadim e Negrelos e quadrineto de Gaspar Lopes de Carvalho. No folheto são narrados os grandes festejos oferecidos por Tadeu Luís à

¹⁴ Vaz-Osório da Nóbrega, porém, é de opinião que a pedra de armas data da segunda metade do século XVI. NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga*, vol. III. *Cidade de Guimarães*, Tomo II. Braga: Assembleia Distrital de Braga, 1987, p. 391.

¹⁵ AMAP, C 1402, ver nota 27.

¹⁶ AZEVEDO, Padre Torcato Peixoto de – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, 2.ª ed. Guimarães: Paulo Tiago Monteiro Dias de Castro, 2000, pp. 360-361.

¹⁷ MASCARENHAS, José Freire Montarroio Mascarenhas – *Guimarães Festiva, ou relação do festejo publico (...) 1728*. Lisboa Occidental: Off. de Pedro Ferreira, 1728. *Apud* MORAES, Maria Antónia Pereira de – *O Palácio de Vila Flor em Guimarães*. Porto: Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto, 2009, p. 18, nota 25.

população vimaranense em 5, 6, 7 e 8 de Fevereiro de 1728, em honra dos desponsórios do Príncipe do Brasil, futuro rei D. José I, com a princesa D. Maria Vitória e da infanta D. Maria Bárbara com o príncipe das Astúrias¹⁸. Nele se afirma que toda a “fachada do palácio” e a torre foram iluminados com tochas e, no interior, o mesmo sucedeu com o pátio, as escadas e a galeria¹⁹ (fig. 9). Refere-se ainda que essa fachada, com 200 palmos de extensão, era voltada ao largo ou Terreiro da Misericórdia, exibindo “janelas à moda” e uma cimalha “sumptuosa” rematada por ameias (fig. 10).



Fig. 9 – Intervenções de Tadeu Luís de Albuquerque e Camões (antes de 1728).



Fig. 10 – As “janelas à moderna”, referidas no folheto e um tramo da possível galeria.
(<https://lifecooler.com/artigo/comer/restaurante-historico-by-papaboa/422982>)

¹⁸ Ver MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*. Guimarães: Edição do Autor, 1998, pp. 202-203. Os festejos estão originalmente descritos na obra *Guimarães Agradecido* (Carvalho da Fonseca e Camões, Tadeu Luís António de – *Guimarães Agradecido*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1747 e 1748). Ver ainda sobre os festejos: CALDAS, António José Ferreira – *Guimarães. Apontamentos para a sua história*. Porto, 1881, vol. I, pp. 314-32.

¹⁹ CALDAS, *Apontamentos...*, vol. I, p. 315.

Os 200 palmos referidos correspondem, aproximadamente, ao comprimento atual da propriedade ao longo da margem norte do Largo da Misericórdia, medidos entre a rua de Val-Donas e a parede poente da casa que, na atual rua António Mota Prego – continuação da rua do Espírito Santo na direção da Praça de Santiago – tem o n.º de polícia 9R. Ela é, sem dúvida, de origem quinhentista, com a sua porta biselada central e o ressalto dos pisos superiores de taipa. Contígua a ela, porém, na direção de Val-Donas, a casa de um piso suspensa sobre uma ampla passagem, que tem o número 1R é bem mais recente. Segue-se-lhe, na mesma direção e encravado entre esse telheiro e a empena nascente da atual casa Motta Prego, o portão ameado supracitado: ambos abrem para o mesmo pátio. Este é delimitado a poente pela empena casa Motta Prego, a norte por parte da ala construído no século XVI por Gaspar Lopes, aumentada na direção nascente e, a leste, pela parede da habitação quinhentista supracitada da rua António Motta Prego n.º 9R. Na descrição dos festejos, é mencionada uma galeria, podendo esta corresponder ao prolongamento, para nascente, até alcançar a parede da habitação n.º 9R, do corpo construído por Gaspar de Carvalho. Por baixo dela passava-se desse pátio fronteiro para o jardim e zona posterior da casa. A galeria, ou balcão atualmente existente, porém, é mais curta e em madeira. É possível que originalmente não fosse assim, e uma estrutura mais perene, talvez arquivada sobre colunas, tivesse sido erguida por Tadeu Luís. Essa obra, portanto, integrou-se ao mesmo projeto de atualização e harmonização ao gosto barroco que substituiu as antigas janelas quinhentistas da fachada desse corpo pelas aberturas “modernas” anotadas pelo autor do folheto. Com as suas consolas tardo seiscentistas, as sacadas são idênticas à que se rasgou, no outro extremo da casa, no primeiro piso da parede que fechou a viela da rua de Val-Donas.

Medindo a distância entre a parede da casa quinhentista da rua António da Mota Prego e a fachada da rua de Val-Donas encontramos os duzentos palmos referidos no panfleto. Desse modo, Tadeu Luís pôde aumentar a superfície interior da sua habitação: possivelmente, após ter sido autorizado a fechar a viela, terá comprado o lote contíguo, para poente, à atual casa 9R. Demolindo a habitação aí existente criou o atual pátio e construiu, sobre a antiga viela “privatizada”, a galeria mencionada, por baixo da qual se acedia ao jardim. Simultaneamente, na rua de Val-Donas, o fecho da viela permitiu a criação de uma divisão contígua, para norte, à torre, com fachada voltada à mesma via. A serventia da torre passou então a fazer-se através dessa divisão e a porta de acesso ao seu interior foi reforçada com um espesso lintel (fig. 11). Saliente-se ainda que, quer no interior do corpo erguido por Gaspar no século XVI, que hoje se apresenta quase totalmente ocupado por um grande salão, muito possivelmente resultado das transformações empreendidas por Tadeu Luís, quer nas duas divisões sobrepostas da torre, as janelas são guarnecidas por namoradeiras que aparentam ser da sua época de origem no século XVI (fig. 12).



Fig. 11 – Interior da porta de serventia da torre, já com a nova divisão adossada à face norte.



Fig. 12 – Salão.

DA TORRE AO MIRANTE

É muito possível, portanto, que ao “barroco” Tadeu Luís se deva a reforma da antiga habitação quinhentista. Essa reforma, aliás, é confirmada pela leitura do folheto; nele se diz que a torre foi reedificada e possuía na fachada “duas ordens de espaçosas janelas adornadas de colunas de excelente mármore”. Essas colunas tinham sido oferecidas por D. João III e, apesar da reconstrução da torre, mantiveram-se nas aberturas resultantes da reedificação, embora fossem “contra o gosto da moderna arquitectura”²⁰. As colunas, por conseguinte, devido ao facto de terem sido uma dádiva do monarca àquele que foi o mais ilustre representante da família, tornaram-se um símbolo heráldico, um “ornamento” de arquitetura com uma forte carga semântica que permanecerá apesar das alterações ocorridas ao longo dos séculos. Assim, vamos reencontrá-las numa terceira remodelação, que incluiu a construção de uma nova torre e de que resultou o edifício atualmente existente (fig. 13). Essa torre, sinal da época, já romântica, em que foi erguida, é designada “mirante”²¹, e foi implantada frente à antiga, estando dela separada por um saguão coberto. Dado que o pé direito dos pisos do mirante era bem mais elevado, para vencer o desnível existente entre o seu último sobrado e o da construção quinhentista remodelada em setecentos foi lançado um passadiço de madeira que, vencendo o saguão, permitia a subida através de uma escada aberta na espessura do muro.



1. mirante;
2. novo corpo;
3. escadaria;
4. portão de entrada principal.

Fig. 13 – Terceira remodelação da casa (século XIX).

Em consonância com a sua antecessora descrita no folheto de 1728, a nova estrutura, de planta quadrangular, manteve as duas ordens de janelas da antiga (térreo mais dois sobrados). No seu segundo e último sobrado rasgaram-se quatro janelas, uma em cada um dos lados da torre, duas das quais, de sacada, voltadas a sul e poente são geminadas e em forma de ajimez (fig. 14), com colunelos jónicos de

²⁰ MASCARENHAS, José Freire Montarroio Mascarenhas – *Guimarães Festiva, ou relação do festejo publico (...) 1728*. Lisboa Occidental: Off. de Pedro Ferreira, 1728. *Apud* MORAES, Maria Antónia Pereira de – *O Palácio de Vila-Flor*, p. 18, nota 25.

²¹ Assim aparece designada nos desenhos preparatórios para a Planta de Guimarães (1863-1867) pelo seu autor, o Eng.º Manuel de Álvares Ribeiro.

mármore centrais; das outras duas, uma possui também a forma de ajimez, mas a outra, virada a norte, é arquivada. Estas duas últimas, contudo, são janelas de peitoril, embora exibam, como as outras, os colunelos de mármore centrais. Porém, com exceção dos colunelos (fig. 15) e arranques de mísulas nas aduelas dos arcos de meio ponto, essas janelas aparentam ser posteriores ao século XVII, incluindo as namoradeiras que ostentam interiormente. Elas são rematadas por frontões semicirculares maneiristas, comuns na casa nobre do Norte até aos meados do século XVIII e, na cimalha que conclui a torre sobre elas, ergue-se um conjunto de ameias ornamentais igualmente maneiristas, rebaixados ao centro, que podem ser da torre quinhentista original (fig. 16).



Fig. 14 – Janela geminada da torre vista do interior, ao fundo o palácio mandado construir pelo arcebispo D. José de Bragança.



Fig. 15 – Pormenor do colunelo de mármore de uma das janelas do mirante.



Fig. 16 – Frontão semicircular da janela do último piso e ameias maneiristas do mirante.

Ou seja, essas janelas seriam ao gosto da “moderna architectura” referido pelo autor da brochura setecentista. Contudo, são diferentes das outras sacadas que foram rasgadas por Tadeu Luís na fachada da casa. É, portanto, possível que aí tenham sido colocadas apenas quando da construção do mirante, ou seja, já no século XIX, devido a incorreto juízo histórico, e algumas delas reutilizaram elementos anteriores: os colonelos, arranques de mísulas e aduelas. O que não invalida que, ao contrário do que sucede nas outras aberturas da torre quinhentista ainda existentes, seja provável que as da sua fachada fossem originalmente de sacada com arcos de meio ponto e colonelo de mármore central, morfologia que não é rara em meados do século XVI, embora mais popular no Sul, sobretudo no que se refere à utilização do mármore. Um bom exemplo nortenho é a abertura lateral da casa dos Luna em Viana do Castelo.

No panfleto setecentista afirma-se ainda que a torre era rematada por um zimbório, algo que a atual não possui, com pirâmides e ameias, estas ainda existentes, e no remate expunha uma escultura de bronze com oito ou nove palmos de altura que representava, provavelmente, São Miguel-o-Anjo, dados os seus atributos: o escudo e a espada. A figura de São Miguel-o-Anjo pode-se associar a um dos santos protetores vimaranenses, orago da pequena igreja românica da vila do Castelo onde, segundo a lenda, fora batizado Afonso Henriques. Frente à casa, do outro lado do largo da Misericórdia, existia, aliás, uma albergaria que tinha a invocação de S. Miguel e, na rua das Flores, demolida para a abertura do Largo da Misericórdia, situara-se a torre do morgado de São Miguel. Estes elementos, ou pelo menos alguns deles, podem corresponder à renovação da torre mencionada no folheto de 1728.

O “ORNAMENTO”

No piso térreo, voltado ao Largo da Misericórdia, a torre ostenta igualmente uma porta maneirista, embora rematada com um frontão ático que substituiu os semicírculos das aberturas do piso superior; pragmaticamente, dadas as suas funções, é de verga reta, sem colonelo central. A ideia de que a manutenção das colunas se trata de uma permanência honorífica acentuar-se pelo facto de elas estarem integradas num conjunto bem posterior e estilisticamente diverso: o novo corpo, contemporâneo do mirante, que foi erguido frente à casa quinhentista de Gaspar no século XIX, de que essas aberturas destoam. Esse corpo, porém, não chegou a ser concluído, o que é bem patente no aparelho não rebocado da sua empena nascente (fig. 17). Nessa direção planeava-se possivelmente uma maior extensão de fachada e uma segunda torre; tudo parece ter sido rematado à pressa, o que sucedeu igualmente na rua de Val-Donas, em que se expõe a cicatriz resultante da tosca cerzadura do novo pano de parede com a antiga estrutura quinhentista.

Do mesmo modo, para articular o antigo corpo com a nova frente oitocentista virada à rua de Val-Donas e ao Terreiro da Misericórdia, foi anteposta ao primeiro nível das fachadas da antiga casa e torre uma divisão de planta trapezoidal. Dela se acede, através de uns degraus, ao nível mais elevado dos três salões do novo corpo (fig. 18). Na parede poente desse átrio, que é o muro nascente da torre quinhentista, foi rasgada uma porta de acesso ao piso intermédio desta. A entrada principal do átrio, que é, simultaneamente a entrada principal da casa, localiza-se no lado oposto, para onde ascende, desde o pátio, uma escadaria exterior, já subsidiária da arquitetura do ferro, mas sucessora, no mesmo local, do escadório lançado, no centro exato da fachada antiga, por Tadeu Luís no século XVIII.

O novo corpo, com a fachada erguida sobre o antigo muro de limite do terreiro, terá obrigado à deslocação do portão armoriado para nascente, e tem um carácter italiano, de possível inspiração serliana, com um conjunto de grandes óculos abertos num falso mezanino que corre sobre os vãos do andar nobre. Abaixo deste, no térreo, rasgou-se uma fiada de janelas de peitoril em correspondência com as de sacada.



Fig. 17 – A parede nascente da casa.



Fig. 18 – Degraus de acesso ao primeiro piso do corpo do século XIX.

Na extremidade poente, a nova fachada é interrompida pela já mencionada porta aberta no mirante, que encontra correspondência nas aberturas do nível superior do último sobrado da mesma torre. No primeiro sobrado da torre, porém, as janelas de sacada circuitam ininterruptamente o novo conjunto, que incluindo o mirante e é composto por seis janelas de sacada e seis óculos nos dois sobrados. Do lado da rua de Val-Donas ocorre o mesmo tipo de desenho, com o piso intermédio rasgado por janelas e óculos.

Na Guimarães setecentista nada existe semelhante a esta fachada e ao seu sóbrio classicismo; no Norte – e pondo de parte por agora a questão das janelas das sacadas com colunelos – a que com ela mais se aparenta é a da designada Casa da Companhia, na rua das Flores do Porto, cuja cronologia é, com certeza, anterior a 1747 e posterior a 1697²². Mostra as mesmas janelas de peitoral no térreo, mas os óculos são abertos num mezanino sobre elas, precedendo o andar nobre que é o derradeiro piso. As proporções, porém, são diversas e os pés direitos bem mais reduzidos do que na casa Motta Prego. Também os elementos de articulação operam de forma diversa: na rua das Flores, a tectónica clássica é corretamente expressa, já que a arquitrave repousa sobre os capitéis das pilastras, enquanto na casa Motta Prego ela está integrada neles. Trata-se de uma liberdade anticlássica; em Portugal e particularmente no

²² Ver AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: FAUP, 2000, p. 271.

Norte, ela surgira no tardo-barroco e rococó de Nasoni e André Soares; com a arquitetura vimaranense, de inspiração almadina²³, populariza-se, sendo, por exemplo, frequente no vizinho Toural.

O classicismo tardio da fachada inacabada da casa Motta Prego não poderia, portanto, e como foi dito, ser anterior ao século XIX, o que se coaduna com a decoração interior dos tetos com frisos marmoreados e outros elementos decorativos que anunciam já a Regeneração (fig. 19). Em 1863, porém, uma gravura do “Minho Pittoresco” mostra a casa tal como ela é hoje (fig. 1). O que coloca a questão da encomenda da obra. Nessa data, Tadeu Luís já tinha falecido há muito e ainda em vida, em 1747, mudara-se definitivamente para um palácio tardo-barroco entre jardins rococó, que tinha mandado construir na sua quinta de Vila Flor, fora de muros, no sopé da Penha, onde viria a falecer em 1759. Dois acontecimentos podem ter pesado na sua decisão: o facto de a cadeia não lhe permitir a expansão da fachada para além de limites exíguos²⁴ e o facto de o arcebispo de Braga D. José de Bragança se ter aí aboletado durante os cerca de três anos (1746-1749), desavindo com o seu cabido bracarense.



Fig. 19 – Teto de salão.

Teria o prelado ordenado a construção do novo corpo, tendo sido esta retardada pela sua partida de Guimarães? Isso não parece possível, já que a casa não lhe pertencia e, apesar das necessidades pastorais e do fausto a que se associava, o estilo da arquitetura por ele patrocinado nada tem a ver com a austera racionalidade do novo corpo e particularismos, como os colonelos de mármore, que só à família poderiam interessar. Aliás, D. José mandará erguer no lado nascente do mesmo largo da Misericórdia, unindo uma série de habitações e pardieiros preexistentes, um palácio à medida das suas faustosas necessidades (fig. 14). Porém, nunca chegou a utilizá-lo, tendo, entretanto, regressado a Braga. O estilo anónimo dessa construção é apenas interrompido no portal nascente, provável projeto de André Soares.

²³ BRAGA, Alberto Viera – “Curiosidades de Guimarães XVIII. Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas camarárias. Direitos paroquiais”, in *Revista de Guimarães*, n.º 69 (1-2) Jan.-Jun. 1959, p. 182. Em 1792, a edilidade tinha dirigido um requerimento ao monarca, para que fosse de sua responsabilidade a feitura do “plano e risco” de todos os edifícios que se construíssem na vila, tal como sucedia no Porto. O monarca respondeu no ano seguinte, ordenando que o Juiz de Fora ficasse encarregado da inspeção das obras que se viessem a construir, de modo a que alguma ordem fosse imposta ao caos urbanístico da vila.

²⁴ ABREU, Manuel Bernardino de Araújo – “Coisas de Guimarães de outros tempos”, in *Revista de Guimarães*, n.º 97-98 Jan-Dez. 1987-1988, pp. 62-88 (p. 84). Em sessão camarária de 11 de Abril de 1906, o Presidente da Câmara Abade Oliveira Guimarães informa que tinha tido a intenção de mudar para outro local a cadeia, o que já tinha sido pedido na segunda metade do século XVIII por Tadeu Luís. Segundo o Abade, na cadeia, que viria a sofrer obras de ampliação no século XVII, em parte subsidiadas pela Câmara, estivera instalada a sinagoga judaica.

A ligação ao Porto e à arquitetura almadina já foi referida, e ela poderá ter sido importante para o desenho da casa Motta Prego. A filha única de Tadeu Luís, que herdou o palácio de Vila-Flor, casou com o seu primo coirmão António José de Almada de Melo, filho de João de Almada e Melo e irmão de Francisco de Almada e Mendonça, o empreendedor Desembargador e Corregedor da Comarca do Porto que viria a falecer em 1804. Embora a casa do Terreiro da Misericórdia tenha permanecido no ramo dos Carvalhos – Tadeu Luís deixou-a a seu filho José Bernardo de Carvalho – não poderão esses laços familiares ter contribuído para uma maior proximidade às Obras Públicas? O desenho despojado da casa e o ritmo ascensional das pilastras possuem um ar de família com outras realizações portuenses da época. Porém, evidencia algo que lhes é estranho: a importância dada ao “ornamento”, personificado nas colunas, em que a componente estritamente formal foi semantizada por significados cívicos/nobiliárquicos e associada a outros elementos da simbologia tradicional da casa nobre, de leitura mais imediata: a torre, as ameias e a pedra de armas.

A CASA MOTTA PREGO NO CONTEXTO URBANO. A JUDIARIA

A longa metamorfose da Casa Motta Prego revela, em paralelo, um processo concomitante de reconfiguração do espaço urbano envolvente e quarteirões adjacentes. As transformações urbanas denotam sinais que remontam aos primórdios da formação do burgo de Guimarães, junto ao mosteiro.

Na Planta da Cidade de Guimarães, de 1867, levantada pelo engenheiro Manoel D’Almeida Ribeiro, a frente sul da casa Motta Prego dispõe-se perpendicular à fachada poente do edifício da Cadeia, que se tinha instalado no sítio da antiga Sinagoga²⁵. Seria assim possível deduzir que o alinhamento das duas frentes urbanas se teria conjugado, em determinado momento, para definir, com regularidade, um lugar central que já fora o da Judiaria. Em meados do século XVI, é visível a existência de um alpendre adossado à Cadeia, que se articulava, talvez em parte, com o próprio edifício da antiga sinagoga, pontuando a frente poente de um renque de edificações que rematava o espaço público, com um poço ao centro (fig. 20) – um terrão ou eirado²⁶ à porta da Judiaria, à rua das Flores.

Em certa medida, o eirado desdobrava, para o interior da judiaria, o lugar central da praça junto à igreja de Santiago, que tinha igualmente um pórtico, a sul, e um poço no alinhamento da rua Escura (fig. 20). A relação entre os dois lugares públicos denota sinais de convivência entre burgueses vimaranenses, mercadores de longo trato²⁷ e judeus, cujas profissões e apelidos atestam, em alguns casos,

²⁵ Não seria possível afirmar, sem dúvida, a exata congruência entre o edifício da cadeia e a sinagoga, que se situava na antiga rua da Judiaria, depois, rua do Santo Espírito. Em 1682.03.12, ainda haveria memória da casa de oração: “Na rua do Espírito Santo houve casas donde se reconta pelos livros e papéis antigos do cabido se fazia antigamente sinagoga e que as trouxe (fl. 2vº) os Mardafaias depois Cosme Dias caldeireiro ora o carcereiro da Correição...”. AMAP, Colegiada C 1402, *Tombo de Prazos da Vila 2*, fl. 2. Ver nota 24.

²⁶ O espaço público, no centro do judiaria, surge referenciado em documentos do convento de São Domingos, que aí deteve várias propriedades: “o terrão que é chamado eirado da cadeia” (prazos velhos dos séculos XVI e XVII, citados em 1804.01.23) / “torrão” (1534.06.27) / “viella do Terrom” (1558.09.15) / “travessa que vai da rua da cadeia para o terrom” (1596.08.08) / “rossio do torrom” / “rossio do torom” (AMAP, Convento de S. Domingos de Guimarães, MC-89. Tombo dos bens e propriedades rendas foros..., 1803. MC-68 “Dos Prazos, Tomo III”, *passim*). José Leite de Vasconcellos apresenta como significado de ‘eirado’ (vocábulo que recolheu na freguesia de Fragoso, concelho de Barcelos), “um terreno adjacente às casas de habitação” (*Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1933-1985, vol. II, p. 305). O topónimo encontra-se assinalado no “Mappa das Ruas de Braga”, de 1756, Arquivo Distrital de Braga. Unidade Cultural da Universidade do Minho – *Mapa das ruas de Braga*. [Braga: Universidade do Minho, 1989], correspondendo a um espaço público de configuração regular, que se inscrevia à ilharga do castelo da cidade, e de onde partia a antiga rua dos Chãos.

²⁷ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’*. Estudo de história urbana (1250-1389). Braga: 2010, p. 79.

uma posição social destacada e relações a nível da região norte e centro²⁸. Segregada no espaço urbano, contudo integrada na vida local, a comunidade judaica, que obtém privilégios de D. João I, concorria para o dinamismo económico e social que justifica, já no século XV, a notabilidade da vila, segundo as Ordenações Afonsinas. A valorização social do bairro seguia a par de uma reabilitação daquela área da vila, com alteração da toponímia, no século XV²⁹.



A. Atual lote da Casa Motta Prego.

Fig. 20 – *De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita*, planta de autor desconhecido. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2009. A planta foi trabalhada pelos autores de modo a realçar a notação subjacente: pórticos, poços, ribeiro, muro e escadas de muro.

A rua principal da judiaria decorre de um projeto de urbanização, regulado por desenho: inseria-se na praça de Santiago, a meio da correnteza de casas do lado poente, seguindo uma fórmula sintática de relação entre um espaço público e um arruamento axial, na mediana do espaço, corrente na cidade portuguesa. Da porta de Santiago, a rua seguia direita à porta das Flores, a poente, e, já referidos, por uma viela e umas escadas ligava ao muro da vila, no ponto em que este vencia um pequeno curso de água³⁰. A meio da rua, abria-se um arruamento que ligava à porta da rua Sapateira; do Eirado desdobrava-se um percurso alternativo pela viela do Terrão, que confluía na mesma saída da judiaria, a sul, também essa antecidida de um largo, no interior.

²⁸ Entre os judeus de Guimarães contavam-se médicos e um cirurgião, com autorização para exercer o ofício, em todo o país; um dos médicos seria o físico do Duque de Bragança. Surgem apelidos referidos a Amarante, Vila Real, Lamego, Coimbra. MARQUES, José – *As Judiarias de Braga e de Guimarães no século XV*, Orense, 1994. Separata de *Xudeus e Conversos na História*, vol. II. *Sociedade e Inquisição*. Diputación de Ourense, 1994, pp. 351-363. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos, 1970; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Universidade Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, 2 vols.

²⁹ Em 1428, a rua da Forja surge denominada rua das Flores, mas o topónimo ainda demora a impor-se no registo de documentos. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 272, nota 432.

³⁰ Fora de muros, serpenteando pelos campos, o ribeiro corria a irrigar as hortas do convento dominicano (ver, sobre a viela, a nota 9).

A QUINTÃ

O poço do Terrão, ou do Eirado encontra-se documentado na primeira metade do século XIV³¹, e precede a formação da judiaria³². É então referenciado como poço da *Quintã* – quintã dos Sapateiros – e serviria a morada e local de trabalho de uma comunidade de ofícios associada ao labor do couro, gibeiteiros e correeiros, entre outros, que conferiam identidade à rua Sapateira³³, já no século XII, e cujas moradas e locais de trabalho se distribuíam, para norte, para o interior da quintã, que ainda não se encontrava integrada na malha urbana por meio de arruamentos.

Que área teria a quintã e qual a sua configuração? Sem documentação que permita referenciar com rigor a sua posição e confrontações, colocamos, com reserva, a consideração de duas linhas de observação: a correlação estabelecida entre a quintã e a Judiaria³⁴/quintã dos Sapateiros e Judiaria³⁵, e a particularidade da sua forma regular inscrita na malha urbana da vila baixa. Se a quintã se identificar aproximadamente com a zona ocupada pela judiaria, então a sua configuração seria de referência quadrangular, regular, sendo dada pelo alinhamento de três lados que ainda persistiam no século XVI³⁶, e pelas coordenadas angulares que apontam a figura geométrica dessa grande parcela englobada na malha urbana da vila baixa de Guimarães. O extremo nordeste seria definido, no início, pela intersecção da rua de Santiago, cujo traçado contornava a praça, junto ao adro da igreja de Santiago, e, sem alterar a denominação, inflectia para norte³⁷, com o ponto de inserção de uma viela sem nome, que ligava à rua de Val-Donas, a poente³⁸. O extremo da viela assinalaria a coordenada noroeste da quintã, correspondendo aproximadamente ao local onde se implanta o núcleo inicial da casa Motta Prego e a torre quinhentista. A viela, como foi referido, será absorvida na propriedade da casa (do lado de Santiago ainda subsiste um estreito corredor, entre prédios, a assinalar a sua posição)³⁹. Ao fundo da viela, junto a Val-Donas, emergia um curso de água, assinalado na planta quinhentista (fig. 20), pelo que se depreende que a parcela da quintã se estenderia

³¹ O poço da Quintã, ou da Quintã dos Sapateiros, referido em documentos de 1315 e 1312/1331, e 1349. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 346, notas 889 e 890.

³² O bairro da judiaria começa a formar-se em meados do século XIV. Ora, em meados do século XIV, verifica-se um aparente desinteresse em matéria de apresentação da igreja de Santiago (1363), o que poderia indiciar uma perda da sua importância. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 310 e nota 640).

³³ A designação de rua Sapateira irá concorrer com outros topónimos (Correaria, Correeira e Peliteira). FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 262.

³⁴ Nos Livros de Fazenda do Cabido, de 1417/1418, ainda se regista a denominação quintã, referida a prédios e rendimentos da judiaria. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 279. E “[p]ara o século XVII, fica a lembrança da «Quintã dos Judeus»” (cf. BRAGA, Alberto Vieira – *Administração seiscentista do município vimaranense*, p. 28), *apud ibidem*, p. 280, nota 475.

³⁵ A correlação encontra-se documentada nos seguintes termos: “como se uan aa quintã dos sapateiros hu ora moram os judeus” (1360.05.16). FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p.282.

³⁶ A quintã surge delimitada por ruas correspondendo provavelmente a um processo antigo de urbanização, com a definição de alinhamentos de ruas e o parcelamento da sua área periférica.

³⁷ “[R]ua de S. Tiago até aos Fornos”; mais tarde, rua dos Fornos. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, pp. 284-285.

³⁸ Uma primeira referência a este arruamento surge em 1268. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 285. Essa viela, que conduzia às escadas da muralha, já foi referida e sobre ela construiu Gaspar de Carvalho um dos corpos da sua habitação.

³⁹ Em 1300 já se encontram documentadas casas na rua de Santiago, na viela que vai para Val-Donas. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 285, nota 500.

até confrontar o talvegue que demarcava a encosta e os exidos das casas da quintã, a sul, e uma zona de almuinhas⁴⁰, a norte, entre as ruas dos Fornos e de Val-Donas.

Do lado sul, o traçado da rua Sapateira⁴¹ terá sido uma das referências primordiais na determinação das confrontações da parcela da Quintã, considerando a sua inscrição na topografia da zona e o modo como o percurso encaminhava para o lugar do Mosteiro. Desse modo, os seus limites pela rua Sapateira e pela viela e o talvegue deteriam uma conotação topográfica e geográfica.

Do lado nascente, a quintã teria a sua delimitação relacionada com a rua Escura, que já se encontra documentada no século XIII, atraindo a morada de cavaleiros e personalidades destacadas da sociedade⁴². Relativamente próximo do cruzamento com a rua Sapateira, que apontaria a coordenada sudeste da quintã, o parcelamento da frente poente da rua integra uma casa-torre, que teria comunicação com o interior da quintã⁴³. A sua implantação recuada, no interior e não à face da rua, denuncia que se poderia tratar de uma edificação preexistente à configuração da rua Escura como arruamento urbano. A posição da torre de pedra é tomada como referência na identificação de propriedades dentro da quintã, com um acesso a partir da rua Sapateira e relação com o largo interior e o poço, que viria a ser o poço da judiaria⁴⁴. Ainda antes do cruzamento da rua Escura com a rua Sapateira, encontra-se documentada uma casa que pertenceria à judiaria mas se abria também para a rua Escura, nas traseiras; tinha entrada pela rua pública da judiaria, com acesso pela porta da Sapateira, que se situava próximo da esquina⁴⁵.

A poente, sucessivas intervenções de reconfiguração da área, que poderiam relacionar-se com a determinação da posição da Porta da Vila e o traçado da muralha, alterações envolvendo a rua da Forja, a demolição das casas do morgado dos Miranda, que viabilizaram a abertura do terreiro da Misericórdia e a construção do palácio por D. José de Bragança, obliteraram uma leitura mais precisa do que teriam sido os limites da quintã. Mas certa documentação de prazos, do início do século XIX, referente a esse extremo sudoeste, concorre para reforçar a imagem do que seriam as suas características no interior⁴⁶: casas com

⁴⁰ A referência a almuinhas surge em 1302. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 286, nota 504.

⁴¹ Em 1167, a rua já se encontra definida com frentes de casas; cedo se torna um eixo comercial. Num documento de 1331, é denominada rua Carreira. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, pp. 220, 262.

⁴² Um escambo datado de 1289 menciona a existência de casas na rua; envolve um processo de partilhas entre cavaleiros. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 283 e nota 488).

⁴³ A casa-torre já existia em 1330; foi morada do chantre Vicente Domingues, no século XIV, e mais tarde, do duque de Bragança. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 283, nota 490; pp. 284-285. A casa-torre pertencia ao Cabido. AMAP, C 1116.

⁴⁴ Na referência aos limites de propriedade de umas casas da rua Escura (1349) sabe-se que entre outras confrontações chegavam “desde a rua pública de rua escura” “ata o poço da Rua da Quintã dos Çapateiros”. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 346, nota 890. Por sua vez a casa-torre afirmava a sua presença no interior da quintã, e dominaria possivelmente o largo que se tinha formado na passagem ao eirado com o poço “Capela de Maria Gonçalves. Casa obrigada a esta capela situada no eirado da cadeia, entrando pela viela que vai da rua sapateira para este lugar do Eirado e para a cadeia à parte do nascente, pegadas pela parte do norte com uma torre de pedra que é da casa da rua Escura (...)”. AMAP, Convento de S. Domingos, MC 85, fl. 250 – Rua ou eirado da Cadeia, fl. 210.

⁴⁵ [1466.09.16, prazo] 1498.03.14. “[C]asas sobradadas que estão na judiaria: partem encontra a rua Sapateira com casas de mestre Joseph e desconta baixo com casas em que ora mora Mose Querido que são do cabido da dita vila e por detrás entestam com a rua Escura e por diante entestam com a rua pública que vai ter aa porta da judiaria que esta junto com a dita rua sapateira.” A O T S. F, *Livros de prazos de Nossa Senhora da Oliveira*, livro 22, fl. 26.

⁴⁶ Várias casas e prazos, com datas de 1481, 1596.08.08; 1638.01.12, referidos em 1804.01.23. São relevantes alguns dos aspetos particulares da descrição – o chão que “foram casas”, das quais já não resta sinal; o muro alto a cercar a propriedade, tal como o muro da casa Motta Prego: “A casa e quintal tinha um chão que foram casas e se acha agora reduzido a quintal unido a todo o quintal das sobreditas casas que é tudo cercado de muro alto e o que pertence a esta medição fica pegado à cadeia da correição confrontando por esta parte

exidos, adegas⁴⁷, poços, um forno na judiaria⁴⁸, uma área essencialmente rural que tinha continuidade, além do ribeiro, nas almuinhas da encosta norte⁴⁹.

Na segunda metade do século XIV, são numerosas as referências que apontam para o estado degradado de edificações (casas ermas, perdidas, em pardieiro), na vila e na Quintã, em particular⁵⁰, acentuando-se a transação de propriedades, no preciso contexto em que se dá início à organização segregada da comunidade judaica⁵¹.

Se a degradação poderia ser atribuída a uma sucessão de momentos de crise⁵², não seria, apesar de tudo, despiciente atender à possibilidade de a ruína das edificações se dever à sua vetustez, estimando uma cronologia para a parcela que guardaria durante séculos a designação de 'Quintã'. Uma larga propriedade de natureza paçã, que se manteve silenciosa, à margem de registos documentais, enquanto a sua permanência na linhagem foi obviando um fracionamento e preservando as finalidades de usos da conjunção original de prédio urbano e prédio rústico, respetivamente uma parte habitacional – talvez a casa-torre, cuja inusitada implantação retirada da rua Escura não se coaduna com um parcelamento regular gerado com a abertura planificada de um arruamento urbano –, e uma parte agrícola de campo e hortas, com as suas edificações de serviço complementares. Significativo seria, porventura, considerar as entidades envolvidas na posse de bens, na área, segundo a documentação de prazos e de outros diplomas relativos à propriedade. Apesar do carácter avulso da informação, sem continuidade no tempo, seria possível afirmar o envolvimento de instituições mais antigas – os mosteiros da Costa e de São Torcato e o Cabido da Colegiada –, que surgem mencionadas sobretudo a propósito de casas situadas na área entre o poço e as ruas Sapateira e Escura. Já o convento de São Domingos parece tornar-se prevalecente relativamente a bens da judiaria, na parte urbanizada de raiz, e, de um modo entremeado, na área de ocupação preexistente, correspondente ao tecido patrimonial mais antigo.

Lembrando os tempos de fundação do Mosteiro, e a troca que Mumadona Dias acordou com sua filha Onega, após a morte de Hermenegildo Gonçalves, que permitiria a fundação do cenóbio em local mais

com um chão que foram casas foreiro ao mosteiro da Costa (...) e declara o prazo velho que estas casas partiam detrás com o terrão que é chamado eirado da cadeia para donde tinha porta com sua saída". AMAP, Convento de S. Domingos de Guimarães, MC-89. Tombo dos bens e propriedades rendas foros..., 1803, fl. 110, Rua Sapateira da parte do Norte (casa dos Coutos), 1804, fl. 112vº.

⁴⁷ Entre outras, uma adega, na rua Forja, e as adegas da casa-torre. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, pp. 274, 280, 283, 349.

⁴⁸ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 347.

⁴⁹ As casas situadas entre as ruas de Val-Donas e dos Fornos (o antigo troço norte da rua de Santiago) tinham quintais e almuinhas. O chantage Vicente Domingues que tinha morada na casa-torre da rua Escura, no século XIV, também possuía três casas, em Val-Donas, que legaria ao Cabido, em 1375. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 286 e nota 506.

⁵⁰ AMAP, *Livros da Fazenda do Cabido*. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 360.

⁵¹ A formação do bairro apartado é assinalada com documentação segura, em 1359/1360. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, pp. 280-281 e 277, nota 466). A progressiva identificação da quinta dos Sapateiros com a Judiaria acentua-se em documentos de 1360 e 1370; a sinagoga é referida em 1391. *Ibidem*, p. 282.

⁵² Situações de abandono, em consequência da Peste Negra, o assédio de Henrique de Trastâmara, episódios que rodeiam a tomada da vila pelo Mestre de Avis; mas não seria talvez de excluir a vetustez de uma parte das edificações antigas, de carácter rural, possivelmente de construção mista, algo precária, em pedra e madeira, ou composta somente por uma estrutura e paramentos de madeira, como é atestado no exemplo de uma obra de 1423, realizada por um mercador que vivia desafogadamente. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 809.

adequado, na quintã de *Vimaranes*, seria de considerar, para a Quintã junto à rua Sapateira, uma cronologia posterior, do século XI. A organização desta parcela parece concorrer e acrescentar à consolidação de um primeiro núcleo urbano, que teria começado a formar-se em função do Mosteiro, atraindo burgueses, mercadores e levando o desenvolvimento de mesteres, no burgo e junto aos cursos de água, ao serviço do cenóbio e da vila do castelo. Deste modo, a constituição da Quintã poder-se-ia relacionar com a descendência de Mumadona⁵³, o conde Gonçalo Mendes⁵⁴, seu filho, e sucessores, de cuja estirpe sairiam os patronos «domini» do mosteiro⁵⁵.

A CASA, ORNAMENTO DA CIDADE

À luz de um conhecimento da antiguidade do sítio da Quintã, e da sua imagem presente na casa-torre de pedra, a intervenções de transformação da casa pelos Lopes de Carvalho, no renascimento, toma um sentido de afirmação concorrente. Uma manifestação de evergetismo, no contributo para uma requalificação urbana e o ornamento da 'cidade', e num compromisso de responsabilidade social e magnificação de linhagem, que gerações seguintes e novos proprietários transportariam no acrescentamento da casa, nos séculos subsequentes.

Em 1867, um último projeto se perfilaria, sem execução, desenhado na Planta da Cidade de Guimarães, num ténue ponteadado. Fixava então o estado actual da fachada principal da casa, inviabilizando o seu prolongamento para nascente. Com traçado apontado à esquina do corpo existente, o plano, objectivo e pragmático, determinava o rasgamento de um novo eixo urbano, que deveria romper a malha medieval, unindo, a toda a largura, a praça de Santiago à área e expansão urbana, fora de muros, e integrando o quarteirão da rua Escura numa malha urbana racional e salubre, que obliterava as últimas marcas da sua origem rural primitiva.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. MC 68; C1403.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Livro 1 de Além Douro*, 1521 <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4223192>.

Tombo das Capelas, confrarias, hospitais e gafarias existentes na vila e comarca de Guimarães, Mf. 174.

PT-TT-CSMOG-DP44-22_m0001.

Arquivo da Ordem Terceira de S. Francisco *Livro de prazos de Nossa Senhora do Ó*.

Arquivo Distrital de Braga Unidade Cultural da Universidade do Minho – *Mapa das ruas de Braga*. [Braga: Universidade do Minho, 1989].

⁵³ Acerca do contexto político e militar em que se dá o regresso de Hermenegildo Gonçalves e Mumadona à região de Braga-Guimarães, v. REAL, Manuel Luís – O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões, *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*. Porto 2013, Vol. XII, p. 219-221.

⁵⁴ Devemos ao Dr. Manuel Luís Real e muito agradecemos a indicação de que seria talvez de considerar uma cronologia mais avançada, considerando, como hipótese, o conde Gonçalo Mendes.

⁵⁵ COSTA, P.º Avelino Jesus da – Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI, *Congresso histórico de Guimarães e sua Colegiada Guimarães – Actas*. Guimarães: [s.n.], 1980-1982, 4 vol., Vol. III, p. 154.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Manuel Bernardino de Araújo – “Coisas de Guimarães de outros tempos”. In *Revista de Guimarães*, n.º 97-98, Jan-Dez. 1987-1988, pp. 62-88.
- AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: Faup, 2000.
- AFONSO [et. al.] – *Guimarães ad radicem Montis Latito, Monumentos. Cidades | Património | Reabilitação*, 33 (Abril 2013). Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, Outubro 2016, pp. 6-19.
- AZEVEDO, Padre Torcato Peixoto de – *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, 2.ª ed. Guimarães: Paulo Tiago Monteiro Dias de Castro, 2000.
- BRAGA, Alberto Viera – “Curiosidades de Guimarães XVIII. Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas camarárias. Direitos paroquiais”. In *Revista de Guimarães*, n.º 69 (1-2), Jan.-Jun. 1959, pp. 161-302.
- BRAGA, Alberto Vieira – “Curiosidades de Guimarães”. In *Revista de Guimarães*.
- CALDAS, António José Ferreira – *Guimarães. Apontamentos para a sua história*. Porto, 1881, vol. I.
- COSTA, P.º Avelino Jesus da – “Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI”. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada – Actas*. Guimarães: [s.n.], 1980-1982, 4 vols., vol. III, pp. 135-196.
- FERNANDES, Mário Gonçalves – “As plantas «de Guimarães» e de «Vila do Conde» da Biblioteca Nacional do Brasil. Passado Presente para o futuro”. https://www.ufmg.br/rededemuseus/chrc/fernandes_asplantasdeGuimaraes-e-de-vila-do-conde.pdf.
- FERREIRA, Maria de Fátima Falcão – *Guimarães, duas vilas um só povo. Estudo de História urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM e Universidade do Minho, com o apoio do CCHS/NARQ, 2010.
- De Guimarães [c.1569]. Planta manuscrita*. Planta de autor desconhecido. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2009.
- MARQUES, José – “As Judiarias de Braga e de Guimarães no século XV”, Orense, 1994. Separata de *Xudeus e Conversos na História*, vol. I: *Sociedade e Inquisição*. Diputación de Ourense, 1994, pp. 351-363.
- MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*. Guimarães: Edição do Autor, 1998.
- MORAES, Maria Antónia Pereira de – *O Palácio de Vila Flor em Guimarães*. Porto: Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto, 2009.
- NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga*, vol. III: *Cidade de Guimarães*, Tomo II. Braga: Assembleia Distrital de Braga, 1987.
- REAL, Manuel Luís – “O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões”, *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*. Porto, 2013, Vol. XII, pp. 203-230.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Históricos, 1970.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Universidade Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, 2 vols.
- VASCONCELOS, José Leite – *Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1933-1985, 10 vols., vol. II.

Agradecimentos

Arquiteto Francisco Teixeira, Arquiteto Miguel Frazão, Restaurante Histórico by Papaboa.